

O Jornalismo Ambiental na Era do Antropoceno: potencialidades em uma sociedade em transformação¹

Jaqueline SORDI²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre as potencialidades do Jornalismo Ambiental a partir da convergência entre a atual crise climática, as transformações recentes no campo da comunicação e as mudanças nas estruturas de poder da sociedade. Corrobora-se com a ideia de que o papel de *gatekeeper* institucional do jornalismo vem sendo perturbado pela amplificação de vozes por meio das novas tecnologias (THOMPSON, 2018), ao mesmo tempo em que a sociedade, a partir da pós-modernidade, vive a emergência de movimentos periféricos que se tornam atores participantes na formação de identidades culturais (HALL, 2005). Entende-se que este momento de disrupção em diferentes esferas pode abrir caminho para a consolidação de um jornalismo de caráter revolucionário e comprometido com a construção de uma nova consciência ambiental (BUENO, 2007).

Palavras-chave: jornalismo ambiental; meio ambiente; antropoceno; pós-modernidade.

Introdução

É secular a intrincada e controversa relação entre sociedade, cultura e meio ambiente. Ao fazerem parte de uma mesma rede, interligada e interdependente, suas histórias evolutivas deveriam seguir caminhos convergentes, em uma espécie de mutualismo que visasse ao bem comum. Não é o que acontece. Há décadas, o mundo vive um processo de fragmentação, resultante da construção e da consolidação de conceitos que relacionam desenvolvimento com dominação e evolução com separação entre homem e natureza. José Lutzenberger (1985) expõe essa questão de forma sucinta quando afirma que a visão cartesiana que ainda domina grande parte do pensamento científico atual coloca-nos como observadores externos da natureza. Este pensamento, desde muito cedo fundamentado na ideia de que a sociedade deveria trabalhar para “aperfeiçoar” a natureza

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS, graduada em Jornalismo pela PUC-RS e em Ciências Biológicas pela UFRGS. E-mail: jaquelineosordi@gmail.com

(CHAUI, 2003), entende o ambiente como algo externo a nós, mas no qual estamos total e umbilicalmente imersos. Abarcado pela Ciência Moderna e protegido pelo capitalismo, que se apropriou desta forma de ver o mundo para o avanço industrial, esse conjunto de relações e percepções formou o que se considera, ainda hoje, a realidade ocidental.

Mas essa noção de realidade está em crise. Após décadas de exploração dos recursos naturais, a sociedade começou a enfrentar uma resposta da natureza. Enchentes, ondas intensas de calor, tornados e outros eventos extremos cada vez mais frequentes tornaram inegáveis as consequências de um modelo insustentável de desenvolvimento. Liderada principalmente pelo aquecimento global, essa crise se manifesta nas mais diferentes áreas e desafia o homem a dar uma resposta – seja ela intelectual ou prática.

O presente artigo propõe uma reflexão sobre como esse momento de crise, que se soma às mudanças estruturais na organização social a partir da pós-modernidade, reforça as premissas do Jornalismo Ambiental – de uma prática que prima pela complexidade dos temas abordados, pela amplificação de diferentes vozes e pela promoção de uma consciência ambiental (BUENO, 2007).

Os movimentos sociais e a cultura ambiental

A forma como se estabelece a relação entre o homem e o meio ambiente não se deu de forma linear ao longo da história, e por isso uma análise dos movimentos de (re)significação da natureza no decorrer dos anos é fundamental para a compreensão do momento atual. É dentre os filósofos pré-socráticos (séc. VII-V a.C.), na Grécia Antiga, que encontramos as primeiras reflexões sobre homem-natureza. Trazendo elementos do pensamento complexo, elas baseiam-se no conceito de *physis*, que seria definido como a totalidade de tudo o que é (BORNHEIM, 1985 *apud* PORTO-GONÇALVES, 1990, p. 28), e chegam a uma compreensão de cosmos como um conjunto que envolve o céu e a terra, homem e natureza integrados.

A palavra *physis* indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento. [...]. Ela pode ser apreendida em tudo o que acontece: na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento de animais e homens [...]. Devido a essa amplidão e radicalidade, a palavra *physis* designa outra coisa que o nosso conceito de natureza. (BORNHEIM, 1985 *apud* PORTO-GONÇALVES, 1990, p. 30).

Tal concepção, no entanto, vai aos poucos cedendo espaço para uma visão mais utilitarista da natureza. Dentro de um contexto histórico de guerras, do apogeu e da crise na democracia grega, surge uma nova forma de pensar, que desqualifica e se sobrepõe àquela dos filósofos anteriores, por considerá-la mítica e não filosófica. O conceito de *physis*, nesse momento, é substituído por uma visão de natureza desumanizada, a partir de uma separação entre o homem, com seu pensamento agora científico, e o restante do meio em que vive.

Porto-Gonçalves (1990) explica que, apesar das reflexões de Platão e Aristóteles, que começam a privilegiar a figura subjetiva do homem, é sobretudo pela influência judaico-cristã que se acentua a oposição de homem-natureza, espírito-matéria. Com a afirmação de que teria sido criado à imagem e semelhança de Deus, o homem passa a ganhar um novo significado dentro do meio que o cerca. Tal visão é posteriormente reforçada pelo desenvolvimento filosófico de Descartes – considerado o fundador da filosofia moderna – no século XVII. Morin (2006, p. 11) afirma que:

Descartes formulou o paradigma essencial do ocidente ao separar o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*), isto é, filosofia e ciência, e ao colocar como princípio de verdade as ideias “claras e distintas”, isto é, o próprio pensamento disjuntivo. (grifos do autor).

O autor entende que, desde Descartes, a sociedade internaliza uma visão de natureza em que a missão seria dominá-la, subjugar-la, conquistá-la.

O contexto no qual se forma e se solidifica o pensamento de Descartes não pode ser ignorado, pois contribuiu de forma significativa à consolidação de suas ideias. Na Idade Média, a riqueza dos senhores feudais e da Igreja advinha basicamente do manuseio e dos processos de controle sobre a natureza. Assim se consolida o desenvolvimento mercantil, a burguesia e novas formas de sociedade, que foram resultado, basicamente, da exploração de riquezas naturais. Porto-Gonçalves (1990, p. 34) explica que “o antropocentrismo e o sentido pragmático-utilitarista do pensamento cartesiano não podem ser vistos desvinculados do mercantilismo que se afirmava e já se tornava, como o colonialismo, senhor e possuidor de todo o mundo”.

A partir desse momento histórico, o pensamento antropocêntrico se estabelece e passa a ser fixado e disseminado entre as sociedades. Não à toa, no século XVIII, surge o termo *cultura*, sendo este definido como o “cuidado” do homem com a natureza, a partir

da perspectiva do cultivo, do preparar e cuidar a terra para que produza. Nesta concepção, a cultura era a moral (costumes da sociedade), a ética (a conduta e o caráter das pessoas através da modelagem do seu *ethos* natural pela educação) e a política (o poder, a participação do cidadão nas decisões da cidade). Nos séculos seguintes, entretanto, o termo ganha um novo significado, voltando-se mais às questões sociais, distanciando-se de sua essência ecológica e, segundo Chauí (2003, p. 48),

passando a significar os resultados daquela formação ou educação dos seres humanos, de seu trabalho e de sua sociabilidade, resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições: as artes, as ciências, a filosofia, os ofícios, a religião e o Estado.

Assim, a visão separatista ganha contornos cada vez mais definidos. Bursztyn (2013, p. 27) é preciso ao afirmar que, “na marcha dos séculos, o conhecimento humano evoluiu constantemente”, e os conceitos de hedonismo e egoísmo marcharam junto, “de tal modo que a história da humanidade é também a história do antropocentrismo”.

O século XIX manifesta o auge desse mundo pragmático. Com a evolução das ciências, o estudo do meio ambiente fica limitado à física, à química e à biologia. Enquanto isso, o homem é estudado segundo a cultura, a história e a psicologia. Dessa forma, a integração das duas partes fica cada vez mais distante. Porto-Gonçalves (1990) explica que as divisões sociais e técnicas de trabalho instigam um pensamento cada vez mais fragmentado. “A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo” (PORTO-GONÇALVES, 1990, p. 35). Tal pensamento atinge seu ápice na Revolução Industrial, que dá início a um capitalismo fossilista e imperialista (PORTO-GONÇALVES, 2006), cuja lógica do processo de acumulação de capital se caracteriza pela criação incessante de novas necessidades de consumo (ROMEIRO, 2010).

O final da década de 1960 marca o período de concretização desta sociedade reformulada, pronta e adepta aos bens de consumo material – em sua maioria, supérfluos. Críticas a essa nova organização mundial, entretanto, não demoraram a aparecer, e já nessa mesma época percebe-se uma abertura para a manifestação de pensamentos não hegemônicos, que questionam o contexto sócio-político-cultural vigente (LIMA, 2005). Dentre eles, e criados com a proposta de ressignificar a relação do homem com a natureza,

os movimentos ambientalistas foram impulsionados principalmente pela Era do Antropoceno, uma nova época geológica, determinada pela velocidade com que a Terra reage à ação do homem.

Vivemos no tempo dos pontos catastróficos e da reversão das curvas. Recordes de temperaturas altas são seguidos cada vez com mais frequência por recordes de temperaturas baixas, ainda que a tendência global seja alta. Discute-se quase que diariamente acerca da velocidade no aumento da concentração de CO₂ acumulado no sistema [...]. O que tudo isso sugere é que aquela aceleração do tempo – e a compressão correlativa do espaço –, vista usualmente como uma condição existencial, psicocultural, da época contemporânea, acabou por extravasar, sob uma forma objetivamente paradoxal, da história social para a história biogeofísica. (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 22 e 23)

Stengers (2009) define este momento como a “Intrusão de Gaia”, sendo esta uma brusca ruptura no horizonte da história humana, que indica para o retorno de uma forma de interação com o meio que acreditávamos haver transcendido e sido superada com a ciência moderna. Entende-se que a situação de crise não se manifesta somente no âmbito das manifestações da natureza, mas, também, por meio de um deslocamento de sentidos até então hegemônicos, em que os discursos que haviam se estabilizado em torno de uma lógica equivalencial, a do liberal-capitalismo³, voltam a se apresentar como elementos flutuantes. Por movimentos sociais periféricos, emerge uma nova “natureza” que não é mais a mera “externalidade” do sistema de produção e consumo, mas, sim, um espaço infenso à lógica do mercado. Dito de outra forma, a crise ambiental se instaura como ameaça a uma identidade (LACLAU, 2000, p. 43), na medida em que busca deslocar os objetos de valor do sujeito-executivo modalizado para uma lógica de exploração. Tal crise, que resulta na emergência de novas consciências que questionam o *status quo* – em especial a cultura ambiental – só é possível porque a própria sociedade ocidental vive também um momento de disrupção nas estruturas de poder.

³ O liberal-capitalismo é aqui definido como “um modelo de existência” no qual indivíduos e empresas, relações familiares e vicinais são subsumidos a um padrão empresarial de “investimento-custo-lucro”. Trata-se de uma corrente de pensamento baseado por princípios macroeconômicos, como a abertura de mercados, a liberdade dos fluxos monetários e a ênfase na concorrência (FRIEDMAN, 1985; CANO, 1999).

A crise da identidade na modernidade

Denominado pós-globalização, pós-modernidade ou, de acordo com Hall (2005), a “modernidade tardia”, o período que se refere principalmente ao final do século XX e início do século XXI é marcado por um cenário em que as tendências globalizantes e homogeneizadoras da sociedade em rede resultam na emergência de movimentos periféricos que se tornam atores participantes na formação de identidades culturais. É um contexto social marcado pela inter-relação de identidade e diferença (HALL, 2000), em que minorias encontram espaço para levantar suas bandeiras, firmar posições e produzir discursos legitimadores de ação e mobilização.

Discutido por estudiosos sociais e culturais, este período se configura a partir da percepção de uma insuficiência do modelo de narrativas universalistas e globalizantes que se consolidaram no Iluminismo, uma vez que a homogeneização dos sujeitos como seres culturais pertencentes a uma determinada estrutura, da qual seriam condicionados a “habitar” desde o nascimento e conforme sua posição social, não mais representam a hibridização cultural da sociedade moderna. De acordo com Woodward (2000), estas mudanças abalam as relações de poder descritas no início do século passado por Karl Marx como “base” e “superestrutura”, na qual a posição de cada indivíduo era determinada pela base material da sociedade (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1999). Nos tempos atuais, as mudanças sociais, estruturais e econômicas mostram que as identidades não são mais determinadas somente por estas bases pré-estabelecidas, mas, sim, pelos processos de formação de identidade a que o sujeito voluntariamente se insere.

As identidades e as lealdades políticas também têm sofrido mudanças: lealdades tradicionais, baseadas na classe social, cedem lugar à concepção de escolha de “estilos de vida” e à “emergência da política de identidades”. A etnia social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação. (WOODWARD, 2000, p. 31).

Este movimento, de acordo com Hall (2005), seria um deslocamento da sociedade em que o centro de poder é substituído não por outro, mas por diversos centros de poder, que se configuram a partir de novas formas simbólicas e novas concepções culturais. Para o autor, “as sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela diferença; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade

de diferentes posições do sujeito – isto é, identidades – para os indivíduos” (p.45). Essas mudanças ficam mais evidentes a partir da década de 1960 com a efervescência dos movimentos estudantis, de classe, ambientalistas, entre outros, que passaram a buscar o protagonismo de discursos minoritários e fragmentaram, assim, as noções de cultura nacional hegemônica.

Chauí (1999) contribui com esta reflexão contextualizando o sentido das novas culturas dentro desta reformulação social, afirmando que esta é uma invenção de ordem simbólica, pois nela e por ela, os humanos atribuem à realidade significações novas, a partir da atribuição de valores às coisas. Seguindo o mesmo pensamento, Canclini (1999, p. 41) descreve que “a cultura é um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível em partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode utilizar”. Laraia (2001) avança neste pensamento, indicando que as características da cultura são influenciadas pelo entorno natural em que a sociedade se desenvolve e que este entorno tem uma grande influência no caráter de identidade cultural dos povos. Portanto, cada civilização deixa traços em seu processo de transformação que determinam o estado de seu meio ambiente e a forma como a sociedade se relaciona com ele. Daí a emergência daquilo que muitos autores chamam de cultura ambiental. Ela deve ser pensada, dentre essas diversas culturas, como uma das mais importantes na contemporaneidade, pois está diretamente ligada à qualidade de vida e à crise que enfrentamos atualmente.

A cultura ambiental estabelece os parâmetros de relação e reprodução social com relação à natureza. Para Bayón (2006), esta deve estar sustentada na relação do homem com o meio ambiente, e nesta relação está implícito o conjunto de estilos, costumes e condições de vida de uma sociedade com uma identidade própria, baseada nas tradições, valores e conhecimentos. Mesmo assim, a cultura é um patrimônio e um componente do meio ambiente, e por isso sua conservação é um direito soberano de cada povo. (MURILLO, 2013, p. 102).

Neste cenário de crise e ascensão de novas práticas culturais, refletir sobre o papel do jornalismo, em especial do Jornalismo Ambiental – um campo que já surge como disciplina e prática inter e multidisciplinar (BUENO, 2007, p. 44) –, é importante para se repensar também em como ele pode ocupar de forma mais eficaz o seu lugar de “criação cotidiana de significados que, por sua vez, atribuem sentidos, valoração, prioridades de olhar, interesses e, enfim, participam da instituição dos modos coletivos de organização da vida humana” (GADINI, 2007, p. 82).

Os (des)caminhos do jornalismo

Variáveis históricas, socioculturais, políticas, econômicas e tecnológicas incidem sobre o desenvolvimento da atividade jornalística desde suas origens, moldando-o como um campo heterogêneo e complexo. Para fins dessa reflexão, nos aproximamos de Rüdiger (1993), que entende que os conceitos da prática jornalística são mutáveis, ou seja, transformam-se conforme o período e a organização social de determinada época. Traquina (2001) estabelece um mapa das principais abordagens e conceitos sobre a produção jornalística no último século, sistematizando-a em cinco orientações: teoria do espelho, teoria organizacional, teorias de ação política, e, finalmente, as teorias da notícia como construção social e do *gatekeeper*. São nas duas últimas que nos deteremos para conceituar teoricamente o jornalismo, entendendo que “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima, os acontecimentos, num produto, as notícias” (TRAQUINA, 2001, p. 60).

Sustenta-se a ideia de que os discursos produzidos pelos meios de comunicação são relatos construídos a partir de determinados critérios sobre os acontecimentos cotidianos, que produzem formas de conhecimento singular, a partir da perspectiva construcionista (BERGER e LUCKMANN, 2009). Entende-se o jornalismo como uma dentre as diversas práticas sociais responsáveis por relacionar os indivíduos com o mundo e, por isso, o jornalismo é aqui entendido “como uma forma de conhecimento que vai cumprir papel semelhante ao da percepção individual da singularidade dos fenômenos” (GENRO FILHO, 1988, p. 81).

Para Berger e Luckmann (2009), o ambiente no qual o homem se constitui como espécie particular do reino animal é um ambiente ao mesmo tempo natural e subjetivo. Enquanto suas limitações e capacidades biológicas atuam delimitando e direcionando suas condutas, assim como em outras espécies, o seu comportamento é determinado por fatores que estão relacionados à interpretação do ambiente, o que lhes permite construir sua vida em coletividade. A informação jornalística institui, nesta ótica, um dos agentes do processo de produção de sentido que configura essa teia social, “um conhecimento que vai agregar, questionar ou negar a relação e o comportamento que o usuário mantém no espaço coletivo das complexas sociedades contemporâneas” (GADINI, 2007, p. 80). Tal

percepção implica compreender que a realidade é sempre resultante de uma ação social e, portanto, não é somente uma representação simbólica, mas uma “simultânea e contínua construção social” (GADINI, 2007, p. 80).

A partir dessa concepção geral, outras questões são pertinentes à caracterização da identidade do campo jornalístico, principalmente em um período de transformações como o que vivemos atualmente. Retomando a perspectiva de mutabilidade das práticas jornalísticas, que entende que as notícias são produzidas por sujeitos situados num dado contexto histórico-cultural e regidos por interesses externos aos conceitos-base da prática, é interessante analisar que o jornalismo se circunscrevia, há até pouco tempo, de forma quase absoluta no sistema capitalista, operando conforme as estruturas que caracterizam esse modo de produção econômica e organização de poder – com interesses comerciais próprios e tendência de modelar certa visão de mundo e a constituir determinado lugar de fala (VEIGA, 2010). Dentro deste contexto, e entendendo que a construção da realidade se dá sempre a partir de escolhas – sejam elas sobre o que é silenciado e sobre o que é dito, o jornalismo cumpria também um papel de “porteiro”, que determinava, em última instância, o que era relevante e o que deveria ser deixado de lado dentro de determinado contexto social. Tal premissa deu origem à teoria do *Gatekeeper*, proposta originalmente em 1947 no campo da psicologia e aplicada ao jornalismo em 1950 por David Manning White (TRAQUINA, 2001).

Na teoria de White, o processo de produção de notícias é concebido como uma série de escolhas, em que o fluxo de notícias tem de passar por diversos portões (*gates*), os quais são momentos em que o *gatekeeper* (jornalista) tem de decidir se vai silenciar ou transformar aquele acontecimento em notícia e, assim, incluir este acontecimento no repertório social. Tal concepção baseava-se, no entanto, na experiência, na atitude e na expectativa dos próprios jornalistas, omitindo outros atores que detinham tanto ou mais poder na seleção deste repertório: os representantes do poder político e econômico. Cinco anos mais tarde, Warren Breed aprofunda essa reflexão, situando de forma mais clara a concentração de poderes do *gatekeeper*. Ao analisar as rotinas de redações de jornais, o autor argumenta que a decisão final sobre quais reportagens serão oferecidas ao leitor cabia, de fato, ao *publisher* – ou seja, ao dono do jornal e, em termos subjetivos, à elite representada por ele (BREED, 2005).

Tal estrutura, dominante no século XX, vem sofrendo suas transformações, impulsionadas principalmente pelas novas configurações de poder da sociedade nos

últimos 50 anos. Mudanças essas que só recentemente começam a ser entendidas e analisadas por pesquisadores da comunicação. Em 1995, quando publicou a primeira edição de *A Mídia e a Modernidade*, Thompson (1998) se propunha a analisar o papel dos meios de comunicação na configuração da estrutura social. À época, quando a sociedade ainda não vivia a revolução digital e as mudanças que vieram a partir das redes sociais, o autor já destacava que

o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si. (THOMPSON, 1998, p.19).

Corroborando com esta visão, Geertz (1999, p. 4) descreveu que o “o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu” e, assim, os meios de comunicação seriam rodas de fiar no mundo moderno, “pois ao usar estes meios, os seres humanos fabricam significação para si mesmos” (THOMPSON, 1998, p. 20).

Naquele período, em que as grandes corporações midiáticas detinham um poder hegemônico na seleção e na propagação de notícias, o autor defendia que os meios de comunicação reelaboravam o simbólico da vida social (THOMPSON, 1998). Recentemente, em um artigo publicado em 2018, Thompson revisita sua obra da década de 1990 e repensa o papel da mídia que, assim como a estrutura social, também se diluiu em diferentes vozes. Às formas de comunicação anteriormente propostas⁴, em que a que detinha mais poder seria a “comunicação de massa”, o autor acrescenta uma nova, a comunicação mediada on-line. Esta, que dilui as relações de poder uma vez que é bidirecional e, pela primeira vez, de muitos para muitos, ajuda a reconstituir os campos da vida social e política.

Parte da importância do crescente papel da interação mediada on-line no campo político é que ela perturba os papéis estabelecidos dos *gatekeepers* institucionais. O poder das organizações de mídia estabelecidas para moldar a agenda é prejudicado pelo surgimento de uma infinidade de novos atores que são capazes de usar os meios de comunicação para interagir com os outros, ignorando os canais

⁴ Em *A Mídia e a Modernidade*, Thompson (1998) desenvolveu uma teoria interacional dos meios de comunicação que distinguia três tipos básicos de interação: 1) interação face a face; 2) interação mediada; e 3) quase-interação mediada.

estabelecidos da quase-interação mediada. Além disso, ao permitir que qualquer ator na rede se comunique com os outros, o poder dos profissionais de mídia de moldar a agenda é atenuado (THOMPSON, 2018, p. 37)

Neste movimento, podemos perceber que, assim como o poder de construção simbólica das instituições hegemônicas é abalado pela ascensão dos movimentos sociais a partir da década de 1960, o poder da mídia na construção de sentidos é também diluído pela introdução de novos atores, que ganham voz em diferentes espaços de propagação de notícias, como as redes sociais, provocando mudanças nas próprias rotinas de produção dos jornais. Vozes antes silenciadas passam a ser ouvidas e assuntos antes marginalizados passam a fazer parte da agenda. Tais mudanças vão ao encontro da proposta do Jornalismo Ambiental, que se difere de um jornalismo especializado em meio ambiente, pois nasce a partir da perspectiva de que a prática jornalística deve ter caráter consciente, transformador e comprometido com uma visão ecológica.

Cultura, poder e meio ambiente: considerações finais

Nas décadas de 1960 e 1970, quando a temática ambiental começava a ganhar relevância e os movimentos periféricos iniciavam a busca por um protagonismo, pouco se discutia sobre o papel do jornalismo neste contexto. Em um resgate histórico, Belmonte (2018) explica que a cobertura sobre temáticas ambientais começou a se disseminar na Europa e nos Estados Unidos a partir da metade do século XX, porém ainda muito atrelado à lógica do jornalismo tradicional, que então tinha a neutralidade como um de seus pilares. Capra (2006) defendia, então, que, para dar conta da complexidade do tema ambiental, uma mudança na área da informação e do conhecimento seria necessária, e isso incluiria os meios de comunicação de massa. O autor direcionava essa mudança para o exercício de um “tipo maduro de jornalismo”, em que tanto a cobertura como a própria lógica comercial dos conglomerados fossem voltadas a novos valores, ligados à qualidade de vida. Para o autor, o jornalista, nesta mudança, teria de buscar se associar a padrões culturais e sociais complexos, bem como noticiar atividades construtivas (CAPRA, (2006). É somente no início do século XXI, no entanto, que as reflexões sobre essa prática começam a se consolidar. Ainda que existam muitas definições para Jornalismo Ambiental, busca-se, neste artigo, uma aproximação ao conceito de um campo que trata

de temas ambientais, mas a partir de um ponto de vista diferenciado, engajado, envolvido. O conceito desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental – CNPq/UFRGS (S.d.), criado em 2008 pela professora e pesquisadora Ilza Maria Tourinho Girardi⁵, define o campo:

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização, é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes. (GIRARDI *et al.*, 2012, p. 148).

É a partir desta perspectiva que se encontram os pontos de convergência entre a proposta do Jornalismo Ambiental e o contexto histórico atual. Tais interseções ficam mais claras quando é analisado, dentro deste cenário, os seis elementos requeridos pelo campo a partir da sistematização de Girardi, Loose e Almeida da Silva (2018, p. 7). O primeiro diz respeito à ênfase na contextualização dos acontecimentos, na tentativa de expor as relações entre causas e consequências, assim como das articulações dos diferentes campos sociais. A premissa está intrinsecamente ligada à cultura ambiental, que traz o pensamento sistêmico como proposta epistemológica. Essa corrente de pensamento rejeita as concepções cartesianas e propõe um olhar interrelacional, em que busca compreender os fenômenos a partir de sua complexidade, e não a partir de acontecimentos isolados.

O segundo ponto trazido pelas autoras está relacionado com a pluralidade de vozes, que seria capaz de dar visibilidade a um verdadeiro diálogo de saberes. Analisando as mudanças nas práticas jornalísticas desde o início do século XXI, Thompson (2018) descreve como o papel da mídia em moldar a agenda fica prejudicado pelo surgimento de novas vozes, o que é amplificado pelas redes sociais. É possível avançar nesta análise e identificar que as rotinas dos jornais são impactadas também pela ascensão dessas vozes

⁵ Ilza Girardi foi a professora responsável pela implantação, no primeiro semestre de 2004, da disciplina eletiva de Jornalismo Ambiental no curso de graduação de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GIRARDI, 2004).

antes marginalizadas, como do movimento negro ou ambiental, que passam não só a pautar os grandes conglomerados midiáticos, como a se tornarem fontes nas reportagens. Trazem, assim, visões que muitas vezes contrapõem o pensamento hegemônico.

O terceiro e o quarto pressupostos do Jornalismo Ambiental estão ligados com essa ruptura do pensamento hegemônico ao preverem uma nova abordagem para a prática jornalística, que deve promover a assimilação do saber ambiental. Segundo Leff (2001), ela seria um contraponto à racionalidade dominante e presente no jornalismo de hoje, além de uma abordagem que permita que o leitor se sinta pertencente ao problema, a fim de estimular atitudes que modifiquem o contexto. Os dois pontos convergem com o que Hall (2005) chama de “modernidade tardia”, período que se consolida a partir do final do século XX e que se caracteriza pela relativização dos discursos dominantes e da noção de uma cultura hegemônica a partir da efervescência de movimentos periféricos, assim como traz uma diluição da homogeneização dos sujeitos em seres culturais pertencentes a uma estrutura fixa e dominante. Neste novo contexto, de hibridização cultural, as identidades passam a ser formadas pelos ambientes em que o sujeito voluntariamente se insere, como os movimentos ecológicos e que estimulam a melhor qualidade de vida, e não mais são fixadas a partir das estruturas sociais a que está atrelado desde o nascimento.

Os dois últimos pontos trazidos pelas autoras estão relacionados com a preocupação em construir notícias que desvelem as conexões entre economia, política, cultura, ambiente, etc., que nem sempre são visíveis, e indiquem soluções, saídas, com a responsabilidade por uma mudança de pensamento (GIRARDI; LOOSE; ALMEIDA DA SILVA, 2018). Mais uma vez, tais premissas estão em sintonia com a proposta do pensamento sistêmico, que se destaca principalmente por trazer uma ruptura com o pensamento dominante liberal-capitalista, ao perceber

a realidade que transcende a estrutura definida e atinge a consciência intuitiva da unicidade de toda a vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações e seus ciclos de mudanças e transformação. (CAPRA, 2006, p. 403).

A convergência proposta entre as premissas do Jornalismo Ambiental e o contexto atual indicam uma potencialidade para o campo, que ainda hoje encontra algumas barreiras por assumir, de acordo com Bueno (2007), uma proposta revolucionária. Para Dornelles (2008, p. 44), "a questão não se encerra numa vertente meramente técnica, não

se trata simplesmente de seguir (e reproduzir) os princípios estabelecidos pelos manuais de jornalismo [...]”. A autora entende que o campo deve estar ligado a um jornalismo cívico ou participativo, para o qual é preciso o engajamento comunitário para a resolução dos problemas, e aponta que, para as questões ambientais, este modelo serve mais à cidadania do que o jornalismo tradicional. A questão ambiental, nesta perspectiva, não é apenas um assunto ou uma pauta, mas uma espécie de lente com a qual compreendemos o lugar no qual estamos (LOOSE, 2021) – lugar este que está cada vez mais aberto a ressignificações por diferentes campos, entre eles o jornalismo.

Referências bibliográficas

- BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, vol. 6, nº 2, p. 110-125. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>>. Acesso em: 07 jun 2022.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade**. 26ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009
- BREED, Warren. **Controle Social da Redação: uma análise funcional**. In: TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Volumes 1 e 2. Florianópolis: Insular, 2005.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente – Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.
- BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental – Caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond. 2013.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos**. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1999.
- CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís *et al.* **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In: DUARTE, Ana Lúcia (coord.). **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E.; **Há Mundo por Vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DORNELLES, Beatriz Correa P. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI; Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (org.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Nova cultural, 1985.

GADINI, Sérgio Luis. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. In: **Revista Famecos**. Porto Alegre, nº 33, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1999

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - Por uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1988.

GIRARDI, I. M. T.; MASSIERER, C.; LOOSE, E. B.; SCHWAAB, R. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. In: **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, 2012.

GIRARDI, I. M.; Beling Loose, E.; Almeida Da Silva, J. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. In: **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 2, nº 2, p. 48-66, 2018.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **Ecojornalismo e educação ambiental: a experiência da implantação da disciplina jornalismo ambiental na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação**. Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 203-213, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/91>>. Acesso em: 14 maio 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10a. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Quem precisa da identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença - A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes 2000.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva visión, 2000.

_____.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 2a edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Kátia Regina de Souza e MARTINS, André Silva. **A nova pedagogia da hegemonia, pressupostos, princípios e estratégias**. In: A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso/ Lúcia Maria Wanderley Neves (org.). – São Paulo: Xamã, 2005.

LOOSE, Heloisa Beling. **Jornalismo ambiental e mudanças climáticas desde o Sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade.** Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220347>> Acesso em: 23 jul 2022.

LUTZENBERGER, José. **Ecologia do jardim ao poder.** 10ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

MURILLO, Luisa Margarita. Cultura ambiental: um estudo desde as dimensões de valor, crenças, atitudes e comportamentos ambientais. In: **Rev. P+L[online]**, vol. 8, nº 2, p. 94-105, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des)caminhos do Ambiente.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

ROMEIRO, A. R. “**Economia ou Economia Política da Sustentabilidade**”. In: MAY, Peter; Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1993.

STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes: résister à la barbarie qui vient.** Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

_____. A interação mediada na Era Digital. In: **Theory, Culture & Society, Thousand Oaks**, nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44>>. Acesso em 14 fev 2022.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

_____. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** 2ª edição. Lisboa: Insular, 2016.

VEIGA, José E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença - a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
